



**ATA DA II REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSEA
GESTÃO 2007-2009
27 e 28 de novembro de 2007**

Às quinze horas e 30 minutos do dia 27 de novembro do ano de dois mil e sete, no Salão Leste do Palácio do Planalto, situado à praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF foi realizada a II Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta dia 27: 1. Posse dos conselheiros gestão 2007-2009, com a presença do Presidente da República – 14:30 às 16h; 2. Abertura da Plenária e Orientações para os trabalhos em grupo – 16 às 17h; 3. Outros Assuntos – 17 às 17:30. Pauta dia 28: 4. Trabalhos em Grupo – planejamento das atividades do CONSEA – 8:30 às 12:30; 5. Plenária – apresentação das propostas, debate e encaminhamentos – 14h às 18h. A Plenária teve início logo após a cerimônia de posse dos novos conselheiros. O presidente do CONSEA, Renato Maluf convida o Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS, Onaur Ruano, para a mesa. A seguir apresenta a pauta e consulta se todos estão de acordo. Aprovada a pauta. Informa que a ata da I reunião está disponível para consulta. Informes da Presidência do CONSEA: (i) a conselheira Gleyse Peiter representará o CONSEA em evento na Jordânia, organizado pela Aliança Internacional contra a Fome; (ii) publicação dos Decretos nºs 6.272 e nº 6.273, de 23 de novembro de 27 e que tratam da regulamentação do CONSEA e da Câmara Interministerial, respectivamente. Renato Maluf aponta que há questões a serem debatidas em relação à estrutura do CONSEA e ao funcionamento da Câmara. Quanto à necessidade de se ter mais 2 representantes da sociedade civil do CONSEA, uma vez que, pelo novo decreto, seriam 19 os conselheiros do governo e seria necessário então ajustar a proporcionalidade de 1/3 governo e 2/3 sociedade civil, Renato Maluf propõe que a Comissão de Transição apresente a proposta de indicação dos 2 novos conselheiros. A Plenária se manifesta em acordo com a proposta; (iii) Renato fala da sua participação em evento organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico – CDES, que está iniciando um processo de articulação entre os Conselhos Nacionais Setoriais, cujo tema principal é a questão do desenvolvimento, aponta que os conselheiros interessados poderão participar do processo. Por último, o Presidente do CONSEA fez a referência à saída da Secretaria Executiva do Coordenador –Geral Aloísio Melo. Informes do MDS: concluído o curso à distância feito em parceria com a ABRANDH. A seguir o Secretário Onaur Ruano apresenta as 3 recomendações que deverão ser apreciadas pela plenária e que dizem respeito à continuidade da parceria entre o MDS e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas – AP1MC. O Secretário



explica do que tratam estes termos de parceria e que é um procedimento comum uma apreciação pelo CONSEA antes formalização dos mesmos. As recomendações 3,4 e 5 são aprovadas por unanimidade. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite propõe que na próxima reunião do CONSEA se faça uma apresentação do balanço do Programa, coincidindo com uma análise que está sendo feita pela Comissão do CONSEA. O ponto seguinte da plenária tratou da escolha dos observadores permanentes do CONSEA. Renato apresenta uma lista de entidades que poderiam ser convidadas a participar das plenárias do CONSEA e diante de uma certa polêmica causada pelo tema, propõe que a lista dos observadores seja retomada no dia seguinte. A seguir tem início o ponto que irá tratar das orientações sobre o planejamento e que deverão ser seguidas pelos grupos no dia seguinte. Renato apresenta a síntese realizada a partir dos pontos levantados na plenária anterior e diz que a mesma pode não esgotar ou contemplar todas as questões a serem tratadas. Apresenta ainda uma matriz com parâmetros de planejamento a serem seguidos pelos grupos. A conselheira Luciene Burlandy retoma a idéia de que se pense em temas comuns a todos os grupos. Por fim decide-se pela divisão em 3 grupos: (1) SAN e Desenvolvimento; (2) Construção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; (3) Construção do SISAN. A plenária foi retomada na parte da tarde para a apresentação e discussão das propostas dos grupos. O primeiro grupo a se apresentar foi o grupo 1 – SAN e desenvolvimento. Ao tratar da questão das prioridades para o CONSEA, o grupo enfatizou os seguintes pontos: 1. VISÃO DE DESENVOLVIMENTO COM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL e suas interfaces: PAC e Agenda Social; agrobiocombustíveis; sementes/recursos genéticos; incorporação de diretrizes pelos Estados e Municípios, com base no Documento Final da III CNSAN. Para tanto, apontou as seguintes estratégias: seminário no início de 2008; apresentação da Agenda Social em plenária do CONSEA; estratégias de divulgação da visão de Soberania e SAN; definir parceiros e interlocutores. 2. TERRA: Reforma Agrária; Regularização Fundiária de Terras Indígenas, Quilombolas e de Comunidades Tradicionais e suas interfaces: agrobiocombustíveis / expansão da cana; estrangeirização das terras X Soberania; sementes / recursos genéticos; desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; debate internacional: REAF; FAO. Este tema seria tratado por meio de debates em Plenária e acompanhamento permanente (criar Comissão). 3. MUDANÇA CLIMÁTICA E IMPACTOS SOBRE A SAN e suas interfaces: questão energética / soberania energética; agrobiocombustíveis; debate internacional. 4. ORÇAMENTO E CONTROLE SOCIAL: aprimoramento da atuação do CONSEA – expandir debate para organizações, criar mecanismos de monitoramento e avaliação mas amplos. Em relação à agenda internacional apontou-se para a necessidade de se aprimorar iniciativas de diálogo e Cooperação com países do SUL. Temas: 1. Agrobiocombustíveis; 2. Terra/Reforma Agrária; 3. Programas de SAN (Alimentação Escolar, outros); 4. CONSEA – instâncias nacionais de participação e controle social. Referências: REAF e Conferência da FAO (Brasil, abril/2008). Em



87 relação à política de SAN, o CONSEA deve acompanhar, prioritariamente, as
88 seguintes políticas ou programas: 1. Alimentação Escolar (PNAE): envio e
89 tramitação do Projeto de Lei; capacitação e controle social; reverter processos de
90 terceirização; 2. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
91 (PAA); 3. Acesso à Água e SAN no Semi-Árido; 4. Cestas de Alimentos / ações
92 emergenciais; 5. Carteira Indígena; 6. Agricultura Familiar: Plano de
93 Safra/PRONAF; Comercialização; 7. Transferência de Renda, com ênfase nas
94 populações tradicionais. O Grupo apontou, ainda, para as seguintes preocupações:
95 Como será o diálogo com a Câmara Interministerial?; Necessidade de garantir
96 respostas do Governo às propostas do CONSEA; Quais as estratégias do CONSEA
97 para viabilizar a implementação das propostas? Em relação ao funcionamento do
98 Consea, o grupo fez as seguintes propostas: manter a Comissão Permanente de
99 SAN dos Povos Indígenas; Comissão Permanente de SAN das Populações Negras;
100 Comissão Permanente do Direito Humano à Alimentação Adequada e criar:
101 Comissão para monitoramento das políticas de reforma agrária e regularização
102 fundiária; Comissão sobre Desenvolvimento; Grupo sobre SISAN. O segundo
103 grupo a se apresentar foi o grupo do SISAN. Foram apresentadas as seguintes
104 sugestões: I – Que nas Comissões permanentes sejam articulados temas
105 transversais: 1- Construção do SISAN (regulamentação e institucionalidade); 2-
106 Monitoramento e Orçamento; 3- Comissão Permanente DHAA; 4- Comissão
107 População Negra; 5- Comissão População Indígena; II – Que as comissões
108 temáticas organizem seus trabalhos a partir das 6 diretrizes da III CNSAN. III –
109 Criação da Comissão de CONSEA Estaduais; IV - Foi sugerido que as comissões
110 tratassem os temas de forma a trazer proposições práticas para o SISAN. Por
111 exemplo: A questão da exigibilidade do DHAA na Alimentação Escolar e a PEC
112 (Direito a Alimentação); V - Dinâmica de funcionamento do CONSEA: Formação de
113 um GT para discutir regimento interno do Consea e sua metodologia de
114 funcionamento (Diretoria ou Mesa Diretiva; Comissões e monitoramento do
115 Trabalho). Propõe a criação de uma mesa diretora, de intermediação. Propõe
116 revisar a metodologia de funcionamento do Consea. Em seguida apresentou-se o
117 Grupo 3, com as seguintes propostas: 1) Criar um grupo de trabalho para
118 sistematizar as propostas do Eixo 2 (Política Nacional de SAN) do relatório da III
119 Conferência Nacional de SAN à luz das atribuições do CONSEA (descritas no
120 decreto). Esta análise deve ser feita também em diálogo com temas estratégicos
121 para a SAN no contexto do desenvolvimento e devem ser identificadas prioridades
122 à serem levadas a plenária do CONSEA (considerando também quantas vezes
123 determinados temas aparecem no relatório); 2) Reforçar na agenda de trabalho do
124 CONSEA alguns temas e programas por serem considerados integradores e
125 articuladores do debate neste campo, uma vez que afetam diferentes dimensões
126 da SAN, tais como: Alimentação adequada e saudável; Desenvolvimento
127 sustentável/Programa nacional de agrobiodiversidade; urbanização Integrada de
128 favelas e SAN; 3) Resgatar a proposta de Sistema de Monitoramento produzido
129 pelo CONSEA, garantindo que sejam monitorados: os princípios da política,



130 incluindo o DHAA, os impactos dos programas na sustentabilidade ambiental,
131 social, econômica; 4) Instituir encontros ou espaços de diálogo com outros
132 conselhos nacionais de políticas públicas; 5) Instituir espaços de mobilização social
133 no âmbito do CONSEA considerando a experiência previa da comissão permanente
134 de mobilização (gestão anterior); 6) Instituir encontros e espaços institucionais no
135 CONSEA para tratar do tema de etnia e raça; 7) Promover atividades de formação
136 dos conselheiros do CONSEA, destinadas a titulares e suplentes; 8) Instituir
137 mecanismos de diálogo com as políticas estaduais; 9) Identificar e desenvolver
138 mecanismos de sustentabilidade da Política e do Plano Nacional de SAN, bem como
139 uma maior integração entre os programas sociais, e articulação entre os
140 programas de transferência de renda com as demais ações de SAN; 10) Retomar o
141 encaminhamento da reunião do grupo gestor com o CONSEA e movimentos sociais
142 para realização de um seminário nacional do PAA, à ser organizado pelo CONSEA e
143 financiado pelo MDS/MDA/CONAB e proposto para fevereiro marco de 2008; 11)
144 Construir a política nacional de SAN com recorte nos diferentes biomas, discussão
145 de territorialidade, para identificar prioridades como pro exemplo o tema da água
146 no semi-árido; 12) No diálogo das diretrizes da política com os programas
147 governamentais já existentes, analisar áreas onde a ação governamental não trata
148 de forma suficiente algumas temáticas e buscar nas experiências da sociedade civil
149 os acúmulos para construir novos programas a ações exemplares como, por
150 exemplo, a experiência do Programa 1 milhão de cisternas e dos Fundos Solidários.
151 Encerrada a apresentação dos grupos o debate foi aberto para a plenária. A
152 conselheira Marília Leão disse que deveria se encaminhar formalmente as
153 deliberações da III CNSAN para os ministérios e monitorar a sua implementação.
154 Disse ainda que se deveria resgatar os temas anteriores tais como Alimentação
155 Adequada e Saudável e Sistema de Monitoramento e que o Consea deveria fazer
156 um relatório de acompanhamento do DHAA (como foi feito em 2002). Diante das
157 indagações sobre a situação do PL da PNAE o Secretário Onaur Ruano disse que o
158 mesmo estaria tramitando na Casa Civil, que estaria em processo de consulta aos
159 ministérios. O Conselheiro Francisco Menezes apontou, então, para a demora em
160 relação à tramitação do projeto e sugeriu que se encaminhasse um ofício à
161 Câmara Interministerial solicitando informações quanto à tramitação do PL. O
162 conselheiro João Paulo apontou para a questão da ampliação dos programas de
163 geração de trabalho e renda tendo como eixos o Cooperativismo e a Economia
164 Solidária. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite disse que os estados estão
165 elaborando suas leis e propõe que se organize uma força-tarefa para acompanhar
166 os processos nos estados, além da própria elaboração dos PLs, ou seja, em
167 questões como negociação, mobilização, etc. A representante do MDS, Adriana
168 Aranha, apontou para a superioridade das deliberações da III CNSAN e que, para a
169 implementação do SISAN, seria necessário realizar uma análise e começar pelos
170 consensos e capacidade de implementação. O representante do MDS, Crispim
171 Moreira, discorre que o Consea dever apresentar diretrizes para a Política e para o
172 Plano e, a partir daí, a CISAN realizaria a sua elaboração. Encaminha-se, então, a



criação de dois GTs – um para propor o funcionamento do CONSEA e outro para estabelecer as diretrizes para a Política e para o Plano. O assessor da Presidência da República, Selvino Heck, aponta que o debate sobre desenvolvimento deve ser articulado com outros atores – Conferências das Cidades, etc e da necessidade de se fazer uma articulação formal com outros conselhos. O Conselheiro Cazusa aponta que há debate mas pouca repercussão referente às populações tradicionais nos biomas. O Conselheiro Malaquias retoma a necessidade de trabalho “doutrinário” a partir do doc da III CNSAN e também da recuperação de acordos internacionais: Kyoto; Painel Mudanças Climáticas; Estratégia Global, Metas do Milênio. O Conselheiro Antonio José fala que a regularização fundiária dos quilombolas é diferente da reforma agrária e que não se pode usar um modelo único. A Conselheira Regina Miranda falou sobre a ousadia de debater e propor sobre desenvolvimento, mas pergunta com quem se dialoga, pois parece que com a Câmara Interministerial não é o mais adequada. Propõe que se mantenha as CP 1 e 2. O conselheiro Pedro Kitoko diz que a prioridade é regulamentar a LOSAN e propõe que se mantenha a CPs 1 e 2 e também a do DHAA. O conselheiro Francisco Menezes propõe que se trate o tema do consumo e da regulamentação da publicidade dos alimentos. A conselheira Silvia Rigon lembra que em maio será realizada uma reunião da COPPE 9 e que o Consea poderia se incorporar à Comitativa Brasileira. O Conselheiro Belarmino reforça a continuidade da CP 1 e 2 e a incorporação das comunidades tradicionais e fala da perda da diversidade da produção agrícola nos últimos anos. Mostrou preocupação com o Biodiesel e com os impactos das políticas públicas sobre as comunidades tradicionais. A representante da Casa Civil, Isabel, diante das exposições ouvidas, propõe fazer apresentação da agenda social na plenária, com a participação dos ministérios. O Conselheiro Milton Rondó relatou sobre a decisão sobre GURTs para a COPPE 8 e que a posição do Consea chegou no momento chave do debate e isto ajudou a definir a posição brasileira e a decisão final. O Consea deve acompanhar a tramitação do PL sobre o tema. Após discussão sobre o encaminhamento anterior, relativo à criação de Grupos de trabalho, decidiu-se que se teriam dois grupos de trabalho: 1. Metodologia e Funcionamento do Consea e 2. Sistematizar propostas e apontar prioridades para o planejamento do Consea. O grupo 1 foi formado pelas conselheiras Ana Lúcia, Marília, Elda e pelo conselheiro Francisco Menezes e pelos representantes governamentais Onaur Ruano (MDS) e Antonio Lambertucci (Secretaria Geral). O grupo 2 foi formado pelos conselheiros(as) Antônio José, Nalva, Gleyse, Silvia Rigon e Maria Emília e mais dois representantes governamentais a serem indicados posteriormente. Criou-se, ainda, um grupo para a organização de um seminário sobre o PAA, fazendo parte os conselheiros Carlos Eduardo Leite e Altemir Tortelli e representantes do MDS, MDA e CONAB. Em relação às propostas referentes à capacitação de conselheiros, a mesa encaminhou que a mesma seria analisada. Foi apresentado e aprovado um cronograma com as próximas reuniões do CONSEA: 26 e 27 de fevereiro, 29 e 30 de abril, 1 e 2 de julho, 26 e 27 de agosto, 28 e 29 de outubro e 9 e 10 de



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



dezembro. Em 28 de fevereiro e 28 de agosto estariam previstas as reuniões da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais. O conselheiro Malaquias propõe realizar a reunião de agosto em Recife, em comemoração ao centenário de Josué de Castro. Para a plenária de fevereiro a proposta de pauta contemplaria o resultado dos trabalhos dos GTs, a apresentação da agenda social e também as questões de orçamento. É aprovado, ainda, a lista dos observadores do CONSEA: FAO, UNICEF, UNESCO, PNUD, OPAS, SESC, SESI, SEBRAE, Assessoria da Presidência da República e Conselhos afins. O Conselheiro Ubiraci Dantas propõe o convite a Confederação Nacional das Mulheres. Outras propostas também são feitas: Relatoria do DHAA no Brasil, SENAR, Rede Kodya, Ministério Público, Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil e Frente Parlamentar de SAN.

Sem mais nenhum assunto a ser tratado deu-se por encerrada a reunião.

Brasília, 28 de novembro de 2007.

Renato S. Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



LISTA DE PRESENÇA DA II REUNIÃO PLENÁRIA

DATA: 27 e 28 de Novembro de 2007

SOCIEDADE CIVIL

Ademar Bertucci
Alberto Broch
Aldenora Pereira da Silva
Altemir Tortelli
Ana Lúcia Pereira
Antonio José da Costa
Antonio Ricardo Domingos da Costa
Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Elda Regina Leite Galvão de Ávila
Elza Maria Franco Braga
Fabio de Salles Meirelles
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
João Dornellas
Luciene Burlandy Campos de Alcântara
Luis Silva
Malaquias Batista Filho
Maria do Rosário Soares Costa Ferreira
Maria Emilia Pacheco
Marília Leão
Naidison de Quintelle Baptista
Nelito Nonato Dornelas
Raimundo Reis Nobre
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Renato Sergio Jamil Maluf
Rui Ricard da Luz
Sílvia do Amaral do Rigon
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Ubiraci Dantas de Oliveira
Valeria Paye Pereira
Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Aécio Aires Fernandes
Alessandra Costa Lunas
Carla Bencke
Celiana Barbosa Pereira



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



275 Christiane Gasparini Araújo Costa
276 Delzi Maria de Araújo Castro
277 Dulce Terezinha da Cunha
278 Eduardo Amaral Borges
279 Elisabeta Recine
280 Elisangela dos Santos Araújo
281 Haroldo da Silva Ferreira
282 Ivo da Silva
283 Jose Antonio Novaes da Silva
284 Jose de Ribamar de Araújo e Silva
285 Jose Divino Lopes Filho
286 Jose Paulo Crisostomo Ferreira
287 Manoel Belarmino dos Santos
288 Maria Teresa G. de Oliveira Ribas
289 Marilene Alves de Souza
290 Pedro Kitoko
291 Pedro Monteiro Torres Neto
292 Raimundo Nonato Pereira da Silva
293 Rosane Bertotti
294 Sonia Cleide Ferreira da Silva
295 Sonia Maria Alves da Costa
296 Telma Maria Braga Costa

297

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

299 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - Scheila Maria Assis Oliveira
300 Assessoria Especial da PR - Adriana Santos
301 Ministério da Educação e Cultura - Albaneide Peixinho
302 Ministério da Fazenda - Gilson Alceu Bittencourt
303 Ministério da Saúde - Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos
304 Ministério do Meio Ambiente
305 Secretaria Esp. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial - Ivonete Carvalho
306 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Maria Elizabete Pereira
307 Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome - Márcia Helena Carvalho Lopes
308 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - José Geraldo França Diniz
309 Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Romeu Olmar Klich
310 Ministério da Integração Nacional - Fabio Eduardo Cunha
311 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Wagner Gonçalves Rossi
312 Ministério das Relações Exteriores - Milton Rondo
313 Casa Civil – Isabel de Souza Costa

314

OBSERVADORES

316 FAO – Gustavo Chianca